

RESOLUÇÃO Nº 05/2018
(Publicada no Diário Oficial de 10/04/2018)

Retifica a Resolução nº 75/1999 - PROBAHIA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, e alterações e considerando o que consta do processo SDE nº 1100110010433,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Resolução nº 75, de 28 de dezembro de 1999, retificada e ratificada pelas Resoluções nºs 06/2002, 45/2006, 33/2009, 04/2010, 05/2010 e 39/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder à DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., CNPJ nº 01.287.588/0003-30 e IE nº 054.313.897NO, instalada no município de Santo Estevão, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido nas seguintes condições:

a) fixa em 99% (noventa e nove por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de calçados e artefatos de couro, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal e prazo final de concessão 31 de dezembro de 2024.

b) fixa em 5% (cinco por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de calçados para o exterior, com prazo contado a partir de 1º de março de 2013 até 31 de dezembro de 2020.

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 3º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 04 de abril de 2018.

JAQUES WAGNER
Presidente